

Alerta Legislação nº 27, de 29 jun. a 04 jul. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 107

Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos

LEI Nº 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020

Altera a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#), para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. [Mensagem de veto](#)

DECRETO Nº 10.410, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999](#).

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 65.044, DE 3 DE JULHO DE 2020

Altera o Anexo III do [Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020](#), que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o [Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020](#), e institui o Plano São Paulo

LEGISLAÇÃO FEDERAL

**Atos do Poder
Executivo - D.O.U.**

SUPERIOR

03/07/2020

DECRETO Nº 10.414, DE 2 DE JULHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007](#), que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

02/07/2020 (Edição extra)	<u>DECRETO Nº 10.413, DE 2 DE JULHO DE 2020</u> Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
01/07/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988, DE 30 DE JUNHO DE 2020</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 101.600.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 10.412, DE 30 DE JUNHO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para prorrogar o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. <u>DECRETO Nº 10.411, DE 30 DE JUNHO DE 2020</u> Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. <u>DECRETO Nº 10.410, DE 30 DE JUNHO DE 2020</u> Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
30/06/2020 (Edição extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, DE 30 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.
30/06/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Estabelece a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal. <u>DECRETO Nº 10.407, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 107</u> Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 76, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 963, de 7 de maio de 2020](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 8, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 2 de julho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 75, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 962, de 6 de maio de 2020](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 418.800.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 2 de julho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 74, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020](#)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 2 de julho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 73, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 960, de 30 de abril de 2020](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de maio do mesmo ano, que

	"Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de <i>drawback</i>, que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 1º de julho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 72, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 922, de 28 de fevereiro de 2020, que "Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 29 de junho de 2020. Congresso Nacional, em 30 de junho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 71, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a <i>vacatio legis</i> da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 26 de junho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

	<u>Mensagem de veto</u> <u>LEI Nº 14.018, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). <u>Mensagem de veto</u> <u>LEI Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo <u>Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020</u>. <u>Mensagem de veto</u>
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> (*) Estabelece o fluxo, os prazos e as obrigações relacionados ao monitoramento das recomendações e dos alertas exarados pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do Processo de Prestação de Contas do Presidente da República. (*) Republicada por ter constado incorreção quanto ao original no DOU de 30/06/2020 seção 1 página 5. <u>PORTARIA Nº 340, DE 30 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 4 DE JUNHO DE 2020.</u> Altera a Resolução CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017, que estabelece a Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, define suas diretrizes e orienta o planejamento e a realização de licitações, nos termos da <u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u>, e da <u>Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010</u>. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) → Conselho Diretor <u>RESOLUÇÃO Nº 436, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho Diretor (CD) do INCRA.
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 427, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Posterga a retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL → Secretaria Nacional de Assistência Social <u>PORTARIA Nº 94, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Prorroga o prazo de adesão dos estados, municípios e Distrito Federal ao repasse emergencial de recursos federais e dispõe acerca do requerimento do órgão gestor para a segunda parcela da estruturação da rede referente ao Equipamento de Proteção

	Individual - EPI, previstos respectivamente no inciso I do art. 4º e inciso I e parágrafo único do art.5º, da Portaria nº 63, de 29 de abril de 2020. – Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva <u>RESOLUÇÃO Nº 83, DE 1º DE JULHO DE 2020</u> Altera a Resolução nº 81, de 9 de abril de 2018, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, que dispõe acerca da destinação de alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) <u>RESOLUÇÃO Nº 82, DE 1º DE JULHO DE 2020</u> Estabelece as normas que regem a modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite PAA - Leite do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
Ministério do Desenvolvimento Regional	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 30 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Instrução Normativa n. 43, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta os procedimentos e as disposições relativos às operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Mutuários Privados e Mutuários Sociedades de Propósito Específico.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 256, DE 26 DE JUNHO DE 2020 (*)</u> Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) no âmbito dos Ministérios da Economia e da Saúde com o objetivo de revisão da lista de doenças e afecções que isentam de carência conforme disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. <i>(*) Republicada por ter saído com omissão do anexo no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2020, Seção 1, página 14.</i> BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.836, DE 25 DE JUNHO DE 2020</u> Ajusta alíquotas de adicional relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.835, DE 25 DE JUNHO DE 2020</u> Institui novos fatores de ponderação incidentes sobre as operações de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) lastreadas em Recursos à Vista, de que trata a Seção 2 (Obrigatórios) do Capítulo 6 (Recursos) do Manual de Crédito Rural (MCR), e promove ajustes em outras disposições do referido Capítulo. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.834, DE 25 DE JUNHO DE 2020</u> Altera os incisos III e IV do art. 1º da Resolução nº 4.760, de 27 de novembro de 2019, que instituiu linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinada a empresas cerealistas para financiamento de investimento em obras civis e na aquisição de máquinas e equipamentos necessários à construção de armazéns e à expansão da capacidade de armazenagem de grãos.

RESOLUÇÃO Nº 4.833, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Eleva o limite de crédito para operações de Financiamentos para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) para cana-de-açúcar e pescado; dispõe sobre a utilização de Recursos Obrigatórios em operações de FGPP; altera o prazo para produtores rurais e cooperativas singulares de produção agropecuária, que tenham sofrido perdas na renda em decorrência de seca ou estiagem, renegociarem suas operações de custeio e investimento; altera o prazo para contratação de linha especial de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em localidades atingidas por seca ou estiagem ou pelas medidas de distanciamento provocadas pela Covid-19; e eleva o volume de recursos destinados para o financiamento de capital de giro ao amparo do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro).

RESOLUÇÃO Nº 4.832, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações rurais realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO, ENERGIA E LOTERIA

PORTARIA Nº 14.901, DE 22 DE JUNHO DE 2020 (*)

Altera regulamento da modalidade lotérica de prognósticos numéricos denominada Lotofácil, e dá outras providências.

(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 119, de 24 de junho de 2020, Seção 1, páginas 69 e 70, com incorreção no original.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 15.413, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.962, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.961, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).

PORTARIA Nº 1.087, DE 30 DE JUNHO DE 2020

	Altera a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que suspende prazos para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19). <u>PORTARIA Nº 1.072, DE 24 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a suspensão do pagamento de prestações dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios com base na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017, determinada pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 <u>PORTARIA Nº 1.079, DE 26 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica. SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO <u>PORTARIA Nº 15.829, DE 2 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e destes entre si, de que tratam a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e o Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019. (Processo nº 10133.100215/2020-20). SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA <u>PORTARIA Nº 15.455, DE 1º DE JULHO DE 2020</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 328.715.095,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA Nº 15.454, DE 1º DE JULHO DE 2020</u> Altera, mediante remanejamento, os cronogramas de pagamento de que tratam os Anexos II, IV, VIII, X e XII do Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020 e dá outras providências. – Secretaria do Tesouro Nacional <u>PORTARIA Nº 350, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Divulga a consolidação das contas públicas dos entes da Federação do exercício de 2019 conforme art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 563, DE 30 DE JUNHO DE 2020</u> Aprova a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade do Ministério da Educação - PGRCI/MEC e dá outras providências.

Ministério da Infraestrutura	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 77, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Define a área do Porto Organizado de Santos, no Estado de São Paulo.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 351, DE 26 DE JUNHO DE 2020</u> Institui grupo de trabalho para elaboração de Protocolo Nacional de Investigação e Perícias para Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes. <u>PORTARIA Nº 320, DE 25 DE JUNHO DE 2020</u> Estabelece a padronização do documento de identificação funcional para os policiais civis dos Estados e do Distrito Federal. <u>PORTARIA Nº 232, DE 25 DE JUNHO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL <u>PORTARIA Nº 28, DE 26 DE JUNHO DE 2020</u> Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção e controle de riscos do Novo Coronavírus
Ministério do Meio Ambiente	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 288, DE 2 DE JULHO DE 2020</u> Institui o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta+, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. <u>PORTARIA Nº 280, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Regulamenta os arts. 56 e 76 do <u>Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010</u>, e o art. 8º do <u>Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020</u>, institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, como ferramenta de gestão e documento declaratório de implantação e operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos, dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos e complementa a Portaria nº 412, de 25 de junho de 2019.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 397, DE 25 DE JUNHO DE 2020</u> Autoriza o uso de aditivos alimentares em diversas categorias de alimentos. SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 26 DE JUNHO DE 2020</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Epidermólise Bolhosa Hereditária e Adquirida.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.277, DE 25 DE JUNHO DE 2020</u> Estabelece normas éticas a serem adotadas pelos estabelecimentos de assistência e/ou ensino médico em relação a estudantes de Medicina oriundos de universidades estrangeiras. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.337, DE 1º DE JULHO DE 2020</u> Reinstitui, ad referendum do Plenário do CFMV, medidas emergenciais para mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo COVID-19.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
04/07/2020	<u>DECRETO Nº 65.044, DE 3 DE JULHO DE 2020</u> Altera o Anexo III do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e institui o Plano São Paulo
03/07/2020	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.356, DE 02 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Lei Complementar nº 1.195, de 17 de janeiro de 2013, que transforma o Departamento Estadual de Trânsito – Detran em autarquia, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico (SDE)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SDE - 13, DE 1º-7-2020</u> Prorroga a vigência de condições especiais de empréstimo do Banco do Povo Paulista CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Conselho Deliberativo (CD) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS - 58, DE 25-6-2020</u> Altera e inclui disposições ao Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 12 de 14-12-2009, para vigor nestes termos enquanto as aulas estiverem sendo realizadas, total ou parcialmente, de modo remoto, como medida de contenção a pandemia no Novo Coronavírus (Covid-19)

	→ Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA DA DIRETORA SUPERINTENDENTE, DE 3-7-2020</u> Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo-Vestibulinho, do 2º semestre de 2020, para ingresso no: 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line); e ingresso nos Cursos de Especialização técnica de nível médio das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza-Ceeteps <u>PORTARIA DA DIRETORA SUPERINTENDENTE, DE 30-6-2020</u> Dispõe sobre a concessão da redução do valor da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Vestibulinho – 2º semestre de 2020, das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, de que trata a Lei 12.782, de 20-12-2007, alterada pela Lei 16.382, de 31-01-2017 <u>PORTARIA DA DIRETORA SUPERINTENDENTE, DE 30-6-2020</u> Estabelece normas para a concessão de isenção ou redução do pagamento da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Vestibular – 2º Semestre de 2020, das Faculdades de Tecnologia → Unidade do Ensino Superior de Graduação <u>INSTRUÇÃO CESU - 03, DE 1º-7-2020</u> Dispõe sobre procedimentos para a operacionalização das inclusões e alterações de dispositivos do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, realizados pela Deliberação CEETEPS n. 58, de 25-06-2020, a serem aplicados aos Cursos Superiores de Tecnologia presenciais, a vigorar enquanto as aulas estiverem sendo realizadas, total ou parcialmente, de forma remota, como medida de contenção a pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)
Desenvolvimento Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP - 18, DE 2-7-2020</u> Aprova o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede estadualizada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito do Estado de São Paulo devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19, conforme estabelece a resolução da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 57, DE 30-6-2020</u> Estabelece normas complementares para aplicação do Decreto 64.982, de 15-05-2020(*) (*) <i>Institui o Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP e dá providências correlatas.</i> <u>RESOLUÇÃO SEDUC - 56, DE 30-6-2020</u> Altera a Resolução SE - 5, de 7 de janeiro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério

Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-55, DE 30-06-2020</u> Altera a Resolução SFP 29/20, de 7 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas, de caráter temporário e emergencial, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo - Nota Fiscal Paulista, em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) <u>RESOLUÇÃO SFP-54, DE 30-06-2020</u> Altera a Resolução SFP 26/20, de 23-03-2020, que dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (Covid-19) <u>RESOLUÇÃO SFP-53, DE 29-6-2020</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de maio de 2019 a abril de 2020 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 10, DE 30-06-2020</u> A Coordenadora da Coordenadoria da Administração Financeira resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de Junho/2020 e cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 06-07-2020 - Celetistas; Dia 07-07-2020 - Pensões Especiais, Servidores Públicos civis e Militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta do Poder Executivo e Autarquias. Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros aos Órgãos do Poder Executivo, incluídas a Administração Direta, Administração Indireta e Empresas, no dia útil imediatamente anterior ao disposto no artigo 1º, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Portaria CAF-G 00027, de 02-10-2017. Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 07-07-2020. Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CAT-64, DE 1º-07-2020</u> Altera a Portaria CAT 15/03, de 6-2-2003, que disciplina o cumprimento das obrigações acessórias e os procedimentos administrativos relacionados com o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD → Subcoordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento → Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida <u>COMUNICADO</u> Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região

	administrativa do Estado, relativamente ao mês de junho de 2020. <u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-07-2020 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS <u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-07-2020 para os débitos de ICMS <u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-07-2020 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas. <u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-07-2020 para os débitos de Taxas. <u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-07-2020 para os débitos de Multas Infracionais do IPVA e do ITCMD. <u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-07-2020 para os débitos de ITCMD e de IPVA
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 41, DE 29-6-2020</u> Dispõe sobre a composição e as normas gerais de funcionamento dos Conselhos de Orientação dos Parques Urbanos administrados pela Coordenadoria de Parques e Parcerias, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente
Logística e Transportes (SLT)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SLT - 1, DE 2-7-2020</u> Disciplina o procedimento de autorização de acesso pelas Rodovias dos Bandeirantes (SP-348), dos Imigrantes (SP-160), Castello Branco (SP-280), Ayrton Senna/ Carvalho Pinto (SP-070), bem como pelo Rodoanel Mário Covas (SP-021), a terrenos lindeiros às respectivas faixas de domínio, para instalação de entrepostos de abastecimento alimentar, nos termos do <u>Decreto estadual 64.543, de 24-10-2019</u>
Projetos, Orçamento e Gestão	<u>RESOLUÇÃO SPOG-1, DE 1º-7-2020</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na elaboração da proposta orçamentária setorial para o exercício de 2021
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-98, DE 1-7-2020</u> Autoriza a realização excepcional de procedimentos ambulatoriais à distância no período de vigência da Pandemia de Covid-19 e dá

providências correlatas

RESOLUÇÃO SS-97, DE 1-7-2020

Estabelece a transferência, mediante adesão municipal, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente a ações de Atenção Básica à População Privada de Liberdade e dá providências correlatas

RESOLUÇÃO SS - 96, DE 29-6-2020

Dispõe sobre as ações de Vigilância Sanitária no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – Sevisa, para fiscalização do uso correto de máscaras nos estabelecimentos comerciais, prestação de serviços, bem como pela população em geral, e dá providências decorrentes

RETIFICAÇÃO RES. SS-96

Na publicação da Resolução SS-96, de 29-06-2020

No Artigo 1º: Onde se lê: parágrafo 3º - Nos locais previstos no parágrafo 1º deste artigo poderão, a seu critério serem fornecidas máscaras para os usuários na entrada dos respectivos estabelecimentos;

(...)

RESOLUÇÃO SS - 95, DE 29-6-2020

Altera o Anexo I, da Resolução SS-73, de 31-05-2020, que dispõe sobre a “classificação das áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e respectivas fases”, frente a Pandemia COVID 19 e dá providências correlatas

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD)

PORTARIA CVS - 15, DE 30-6-2020

Dispõe sobre as ações de Vigilância Sanitária no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – Sevisa, para fiscalização do uso correto de máscaras nos estabelecimentos comerciais, prestação de serviços, bem como pela população em geral

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS)

DELIBERAÇÃO CIB - 55, DE 1º-7-2020

(...)

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP aprovou em sua 301ª reunião ordinária a Nota Técnica CIB: Orientações para os serviços de saúde sobre a utilização e interpretação dos testes rápidos para a Covid-19 e padronização das condutas de isolamento, conforme Anexo I.

(...)

DELIBERAÇÃO DE 30-06-2020

(...)

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP aprova a prorrogação da habilitação dos leitos de UTI COVID, do conjunto de hospitais relacionados no Anexo I, habilitados em abril de 2020, excetuando-se apenas o Hospital Real Beneficência Portuguesa de Campinas, cuja decisão do gestor local é pela desabilitação. (Deliberação CIB 54/2020)

(...)

Segurança Pública (SSP)	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMESP) ↳ Corpo de Bombeiros ↳ ↳ Comando do Corpo de Bombeiros (CCB) <u>PORTARIA Nº CCB-021/800/2020</u> Dispõe sobre as correções das Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo publicadas em 09 de abril de 2019, anexas à Portaria nº CCB-002/810/19.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR 72, DE 29-6-2020</u> Prorroga o prazo de suspensão das atividades presenciais na Universidade, previsto no Artigo 1º da Resolução GR-065/2020, de 28-05-2020
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
04/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 436, DE 2020</u> Autoriza a distribuição de computadores portáteis acompanhados de acesso gratuito à internet, aos quadros discente e docente da rede pública do Estado de São Paulo enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado no Estado de São Paulo em decorrência da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências DOE, Legislativo, 04/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 435, DE 2020</u> Determina a coleta de materiais para exames laboratoriais às pessoas idosas e deficientes, na forma que especifica DOE, Legislativo, 04/07/2020, p. 6
03/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 434, DE 2020</u> Proíbe a utilização do auxílio emergencial, pago de acordo com o Decreto Federal nº 10.316 de 7 de abril de 2020, pelas instituições fornecedoras de serviços bancários, para quitar eventuais dívidas que o consumidor beneficiário tenha com as mesmas. DOE, Legislativo, 03/07/2020, p. 5
02/07/2020	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17, DE 2020</u> Dispõe sobre a proibição de cobrança de juros e multas sobre débitos de Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, contraídos no período de calamidade pública reconhecida por meio de decreto do Governo do Estado de São Paulo em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19). DOE, Legislativo, 02/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 2020</u> Altera a Lei Complementar nº 10.291, de 1968, atualizada pela Lei

	Complementar nº1.188, de 2012, que institui o Regime Especial de Trabalho Policial e dá outras providências. DOE, Legislativo, 02/07/2020, p. 5 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 433, DE 2020</u> Estabelece que o Poder Executivo Estadual crie linha de crédito especial voltada ao segmento de condutores escolares, compreendendo os motoristas de transporte escolar, motoristas de transporte escolar auxiliar e monitores do transporte escolar, enquanto perdurar o período de calamidade pública no estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 02/07/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2020</u> Dispõe sobre a proibição de terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual respectivamente a menores de 18 e 21 anos DOE, Legislativo, 02/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 431, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Pró Vida DOE, Legislativo, 02/07/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 428, DE 2020</u> Estabelece a suspensão temporária dos pagamentos das prestações das operações de créditos consignados previstas no Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014, durante períodos de emergência de saúde pública de importância nacional ou estadual e estado de calamidade pública. DOE, Legislativo, 02/07/2020, p. 5
01/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 427, DE 2020</u> Dispõe sobre adoção de medidas de proteção sanitária, por empresas e serviços de coleta e entrega de produtos e mercadorias. DOE, Legislativo, 01/07/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 426, DE 2020</u> Estabelece regras para mensuração, avaliação, manutenção, prorrogação e revogação de benefícios fiscais relativos ao ICMS no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 01/07/2020, p. 6 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 21/2020</u> Protocolo Digital de Documentação O Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, CONSIDERANDO a entrada em funcionamento do novo Sistema de Protocolo Digital e a necessidade de estabelecer critérios para a sua utilização, COMUNICA a todos os interessados (pessoas físicas ou jurídicas), jurisdicionados, advogados e demais órgãos públicos, que, a partir de 1º de julho, os documentos destinados a este E. Tribunal serão

recebidos exclusivamente por meio digital, observadas as condições que seguem:

1) Deverão ser inseridos no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), diretamente via WEB, pelo próprio interessado ou seu representante legal, observadas quanto à forma as disposições do Comunicado Nº 04/2016:

a) petições iniciais e documentos que, a princípio, não guardem correlação com feitos, físicos ou eletrônicos, em trâmite neste Tribunal;

b) documentos relativos a processos ou expedientes eletrônicos em trâmite no Tribunal;

c) documentos oriundos de órgão jurisdicionado integrante do Projeto Piloto do e-TCESP, obedecidas, quanto à forma, as disposições do Comunicado Nº 04/2016 e Instruções vigentes.

2) Deverão ser inseridos no novo Sistema de Protocolo Digital, diretamente via WEB, pelo próprio interessado ou seu representante legal:

a) documentos relacionados a processos físicos em trâmite no Tribunal;

b) documentos oriundos de órgão jurisdicionado não integrante do Projeto Piloto do e-TCESP, obedecidas, quanto à forma, as disposições do Comunicado Nº 04/2016 e Instruções vigentes;

c) documentos que satisfaçam as condições da alínea "a" do item "1", quando o interessado for pessoa física, e sem possuir certificado digital tampouco esteja representado por advogado, observados os termos do art. 15 da Resolução nº 01/2011.

3) Os pedidos de Sustentação Oral e a apresentação de Memoriais deverão ser encaminhados exclusivamente pelos canais próprios, disponíveis nos *links* <https://www.tce.sp.gov.br/sustentacao-oral> e <https://www.tce.sp.gov.br/memoriais>.

Permanecem inalterados os procedimentos estabelecidos para envio direto de informações aos respectivos sistemas eletrônicos de prestação de contas do TCE-SP, e atendimento às exigências das Instruções vigentes, calendário de obrigações e demais comunicados previamente divulgados.

Nos termos do Comunicado SDG nº 28/2020, as dependências da Sede e Unidade Regionais permanecerão fechadas para o atendimento presencial.

Documentos encaminhados sem observância aos critérios acima estabelecidos não serão processados, e sua negativa informada ao interessado.

São Paulo, 30 de junho de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PRESIDENTE

[DOE, Legislativo, 01/07/2020, p. 15](#)

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG Nº 26/2020

O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA a implantação do PROTOCOLO DIGITAL encerrando-se, assim, o funcionamento dos protocolos físicos instalados na Sede e Unidades Regionais.

Os documentos serão protocolados por acesso ao sítio ou por *smartphone* utilizando o aplicativo Protocolo Digital que poderá ser baixado pelo *Google Play*.

O novo sistema entrará em funcionamento a partir do próximo dia primeiro de julho. Para mais informações, consulte o manual disponível.

SDG, em 18 de junho de 2020.

	Sérgio Ciquera Rossi Secretário-Diretor Geral DOE, Legislativo, 01/07/2020, p. 16 <u>COMUNICADO SDG Nº 27/2020</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que retomará o 24º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais no próximo dia 03 de setembro das 10 as 12 horas. O evento será destinado a todas as Prefeituras da Grande São Paulo e às 20 (vinte) Unidades Regionais e será realizado pelo modo virtual. O formato é o mesmo do Comunicado SDG 04/2020 , ocasião em que poderão ser formuladas perguntas sobre "Os Cuidados com o Último Ano de Mandato", incluindo toda recente legislação editada por conta da Pandemia do COVID - 19. As perguntas deverão ser encaminhadas até o dia 31 de julho através do <i>link</i> http://www.tce.sp.gov.br/ciclo2020. Nesse <i>link</i> haverá formulário a ser preenchido que independe de qualquer identificação. Poderão ser feitas mais de uma pergunta e não serão respondidas questões sobre casos concretos ou situações consumadas. O endereço de acesso a <i>live</i> será: streaming.tce.sp.gov.br/lives. SDG, em 25 de junho de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 01/07/2020, p. 16 <u>COMUNICADO SDG Nº 28/2020</u> O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que em face da entrada em funcionamento do Protocolo Digital, a partir do dia 01 de julho, as dependências da Sede e Unidades Regionais permanecerão fechadas para o atendimento presencial. SDG, em 25 de junho de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 01/07/2020, p. 16
30/06/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 420, DE 2020</u> Introduz alterações na Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - e dá outras providências. DOE, Legislativo, 30/06/2020, p. 5
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
04/07/2020	<u>DECRETO Nº 59.579, DE 3 DE JULHO DE 2020</u> Aprova a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo.

	<u>DECRETO Nº 59.578, DE 3 DE JULHO DE 2020</u> Altera o artigo 25 do Decreto nº 42.899, de 21 de fevereiro de 2003, que regulamenta a Lei nº 13.477, de 30 de dezembro de 2002, para disciplinar o prazo de pagamento da Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos – TFE referente ao primeiro ano de funcionamento de estabelecimentos.
02/07/2020	<u>DECRETO Nº 59.574, DE 1º DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a realização das audiências públicas sobre os Instrumentos de Planejamento Municipal que especifica. <u>DECRETO Nº 59.573, DE 1º DE JULHO DE 2020</u> Institui o Regime Especial de Atendimento Prioritário - REAP, aplicável aos processos administrativos relativos à construção e implantação do Colégio Militar na Cidade de São Paulo.
30/06/2020	<u>DECRETO Nº 59.560, DE 29 DE JUNHO DE 2020</u> Prorroga até 14 de julho de 2020 os períodos de suspensão de prazos previstos no Decreto nº 59.449, de 18 de maio de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para **ccivil@sp.gov.br** ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107